

INTELECTUAIS NA IMPRENSA: CRÍTICAS AO AUTORITARISMO NOS ARTIGOS DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND (1929-1932)

JÚLIA SILVEIRA MATOS^{*}

RESUMO

Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, em editoriais e artigos jornalísticos, afirmaram que nosso aparato político-administrativo era ineficiente em consequência da primazia do privado sobre o público e da institucionalização das práticas personalistas como instrumento de governo. Mais ainda, que a trama de privilégios e dependências por elas estabelecida fortaleciam o governo, que não somente se beneficiava dessas práticas, como também através delas exercia um poder autoritário, ditatorial e muitas vezes tirânico, o que demonstraremos no presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, intelectuais, Governo Vargas

ABSTRACT

Sérgio Buarque de Holanda and Assis Chateaubriand through its editorials and newspaper articles said that our political and administrative apparatus was inefficient as a result of the primacy of private over the public and the institutionalization of personality as an instrument of government. Furthermore, it shows that the plot of privileges and facilities established by them strengthened the government, which not only benefited from these practices, but also through them exercised an authoritarian, dictatorial and often tyrannical.

KEYWORDS: Press, intellectuals, Vargas Government

De qualquer forma há países que possuem uma tradição de liberdades públicas e individuais e outros que não. Os países latino-americanos tendem para o segundo caso, o que agrava o problema.

Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro* (1979, p. 9).

^{*} Professora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG; doutora em História pela PUCRS.

Durante as primeiras décadas do século XX, em substituição à antiga divisão partidária entre monarquistas e republicanos, surgiu uma proposta diferenciada para a política nacional, ancorada em discussões propostas por Alberto Torres e posteriormente Oliveira Vianna. Segundo Bolivar Lamounier (1977), a ideologia estatal brasileira, durante os anos de 1930, se desenvolveu através da junção dos elementos positivistas e conservadores da linguagem organicista. Nessa perspectiva, na interpretação de Oliveira Vianna, um Estado forte era necessário para erradicar os males do passado, controlar o processo de mudança e preservar as qualidades que poderiam existir no país. A organização nacional estaria dependente da constituição de um “centro coordenador”, “capaz de intrometer-se em todo o organismo brasileiro, despertando vitalidade” (LAMOUNIER, 1977:361). Essas ideias foram amplamente divulgadas através de artigos e livros publicados por Vianna e antes por Alberto Torres.

Nesse sentido, vemos que essas ideias foram hegemônicas entre os anos de 1930 e 1940. Realmente a centralização foi implementada durante o governo Vargas, mais precisamente, o Estado Novo, com a criação de seus mais diversos departamentos administrativos. No entanto, segundo Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, muito antes, ainda durante a República Velha, apesar de manter características federalistas com teórico “respeito” à autonomia dos Estados, efetivamente exercia um poder coercitivo e autoritário, principalmente durante os governos de Arthur Bernardes e seu estado de sítio, Washington Luís e suas constantes ameaças de intervenção. Portanto, no presente texto analisaremos, nos editoriais e artigos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, veiculados na imprensa nos anos de 1929-1932, as críticas ao autoritarismo percebido por eles no governo brasileiro.

O autoritarismo, para ambos os intelectuais, era mais do que parte de um processo de centralização e burocratização do poder, ou melhor, de universalização dos procedimentos¹, era a própria dinâmica da intervenção estatal nos mais diversos assuntos político-administrativos do país. Assim, o governo brasileiro, mesmo que descentralizado, exercia, na concepção de ambos, um poder autoritário, porque atuava de forma intransigente quanto à diversidade de opinião dos demais órgãos constitutivos da nação. Chateaubriand chamou a atenção para essa característica do governo de Washington Luís no editorial “O reino das mães”: “A abertura das preliminares da sucessão é uma iniciativa sua, do seu governo, da sua autoridade, e da qual ele não abre mão em

¹ Ver mais: NUNES, 2003.

favor de quem quer que seja” (DN, 09 jul. 1929). Ao referir-se à questão da sucessão presidencial, o jornalista criticou e denunciou o aspecto autoritário do primeiro magistrado, que, em vez de ouvir a opinião pública e dos demais Estados, optou por fazer valer a sua vontade, sobrepondo-se a toda a nação. A desconsideração do governo com as opiniões e necessidades da coletividade era consequência da priorização dos desejos pessoais em detrimento da vontade coletiva. Para Chateaubriand, no mesmo editorial, ao contrário do que tradicionalmente se fazia na política brasileira,

Um homem público que aspira a um posto como o de supremo mandatário deve justamente proceder tal qual o sr. Antônio Carlos: não se arrear do mais largo, do mais demorado, do mais inexorável debate em torno dos seus atos e da sua personalidade. O que o sr. Antônio Carlos está fazendo não só é de uma elegância rara, num país de tantas covardias; é da mais elementar necessidade democrática (DN, 09 jul. 1929).

O respeito à opinião pública era em sua visão a base para a realização de uma democracia, e esta, um pilar para a efetivação de seu ideal de liberdade. No Brasil, ao invés, o que se fazia era valer as vontades do presidente, que as impunha por sua autoridade.

Em concordância, no artigo “O Marechal Pilsudski e os vícios do Parlamentarismo polonês”, Sérgio Buarque de Holanda discorreu sobre a ditadura do Marechal e evidenciou sua postura democrática, ao afirmar que ele era “um estadista capaz de refletir sobre seus atos e sempre pronto a explicá-los publicamente” (OJ, 06 nov. 1929:01). O que poderia parecer uma incongruência, na verdade, nos revela sua compreensão do que seria uma ditadura. Para ele, a postura reflexiva do Marechal, que explicaria constantemente seus atos ao povo, daria ao seu governo contornos democráticos. Uma ditadura em sua visão seria balizada pelo exercício do poder autoritário pelo líder da nação, como ocorria no Brasil, no qual o presidente simplesmente tomava as medidas de acordo com suas vontades pessoais, sem a menor preocupação em explicá-las à nação.

Na Polônia, ao contrário, apesar de o presidente ter ascendido através de um golpe e não por eleições, o país estava longe de “seguir o modelo das ditaduras”; seu governante estaria apenas reformando as bases político-institucionais da nação, elaborando uma “solução sofrível para a presente crise do regime democrático, remoçando-o e dando-lhe nova vida” (OJ, 06 nov. 1929:01). Frente a isso, optamos pelo termo autoritarismo para designar a crítica produzida pelos intelectuais Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, na imprensa, durante os

anos de 1929-32, ao governo de Washington Luís e à própria estrutura administrativa nacional.

Nessa direção, é importante percebermos a singularidade do momento em que Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand se dispuseram a produzir e publicar suas inflamadas críticas ao Estado nacional, suas características autoritárias, ineficiência administrativa e personalismo político.

Ambos escreveram fluentemente nos jornais *O Jornal*, *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*, no fim dos anos de 1920, como já discorremos, período extremamente conturbado com as eleições presidenciais no Brasil. Essa década, é importante lembrarmos, terminou com o golpe de Getúlio Vargas, em outubro de 1930. Os meses que antecederam as eleições assistiram a um verdadeiro “fogo cruzado” entre os candidatos à presidência, Getúlio Vargas e Júlio Prestes. Os humores no Brasil eram sensíveis diante das transformações políticas que estavam para acontecer.

A década de 20 não foi nada fácil para a economia e muito menos para a política, no Brasil. O governo de Artur Bernardes foi exercido sob estado de sítio, o que deixou os ânimos muito alterados. Entretanto, ainda pairava a esperança de uma “volta por cima” da política do café, fato que na realidade não ocorreu durante o governo de Washington Luís e muito se agravou no final de seu mandato. São Paulo não queria perder sua hegemonia econômica e ao mesmo tempo outros grupos em ascensão almejavam espaço para participação no governo. Segundo Aspásia Camargo (1983),

A luta pela hegemonia nacional encontrou, significativamente, em São Paulo, o respaldo dos setores industriais que apoiavam o situacionismo. Mas tudo indica que o continuísmo almejado pela indústria emergente excluía intenções de acentuada ou imediata modernização política, isto é, a abertura de novos canais de participação.²

A modernização nacional não era a preocupação dos paulistas, como afirmou a autora; seu foco era a intensificação dos investimentos governamentais na política do café, de maneira a estacionar a crise. Alfredo Bosi afirmou: “No decorrer de 1928, ficara claro que os grupos políticos de São Paulo não pretendiam abrir mão do controle direto do governo federal. O nome Júlio Prestes, antigo líder de bancada federal e presidente do Estado, surgia como candidato” (1977:417). Com o intuito de dar

² Ver mais: CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: clivagens regionais e centralização política. In: TRINDADE, Helgio (Org.). *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: UFRGS; ERUS, 1983. p. 391.

continuidade à política empreendida, Washington Luís desconsiderou a tradição do acordo com Minas e não indicou o governador mineiro, Antônio Carlos, para a sucessão, e atendeu aos anseios de seu Estado, como citou Fausto, e indicou outro paulista ao cargo de primeiro magistrado. Essa postura foi considerada autoritária e ditatorial por Chateaubriand e Sérgio Buarque.

Nesse período, Ernest Hambloch, um diplomata inglês de passagem pelo Brasil, observou que a grande variedade de estudos sobre o país apresentava a situação econômica ou cultural como os fatores responsáveis por aquela crise nacional. No entanto, argumentou ele, “as origens dos males do Brasil devem ser buscadas nos defeitos de seu regime” (HAMBLOCH, 2002:11). Os intelectuais aqui estudados tinham o intento, justamente, de demonstrar que a crise do sistema governamental brasileiro, ao contrário da afirmação de Hambloch, não estava simplesmente no regime seguido e, sim, na tradição personalista da política nacional. Por isso, em seus editoriais e artigos jornalísticos, afirmaram que nosso aparato político-administrativo era ineficiente em consequência da primazia do privado sobre o público e da institucionalização das práticas personalistas como instrumento de governo. E mais: que a trama de privilégios e dependências estabelecida fortalecia o governo, que não somente se beneficiava dessas práticas, como também através delas exercia um poder autoritário, ditatorial e muitas vezes tirânico, o que demonstraremos no presente artigo.

Como apontou Edson Nunes (2003), eles, ao contrário da maioria dos estudiosos do autoritarismo brasileiro, afirmavam que o personalismo era responsável por esse fenômeno político-cultural brasileiro, e criticavam o governo de Washington Luís – teoricamente regido por uma Constituição liberal – por seus aspectos autoritários, ditatoriais e tirânicos, ideia central da discussão a seguir.

Dessa forma, no presente artigo analisamos como Buarque e Chateaubriand elaboraram suas críticas ao regime e, entre os anos de 1929 e 1932, às atitudes do governo de Washington Luís, as quais consideravam autoritárias e, principalmente, onde se encontram os pontos de contato entre os escritos de ambos.

O engajamento político de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand aos ideais que motivaram outubro de 1930 ocorreu declaradamente ainda na metade de 1929, conforme já citamos. Em correspondência de 17/01/1929, João Daudt d'Oliveira³ relatou a Getúlio Vargas que, em

³ Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas (datilografada), datada de 17/01/1929, publicada em: *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Ed. da UnB, 1982: 95-96.

conversa, Assis Chateaubriand afirmara-lhe que Antônio Carlos⁴, governador de Minas Gerais e um liberal convicto, havia manifestado que se oporia à candidatura Prestes, em demarcada retaliação ao governo federal, também que em hipótese nenhuma indicaria um candidato mineiro e, o mais surpreendente, apoiaria uma possível candidatura à sucessão presidencial de um nome do Rio Grande do Sul, até mesmo se essa fosse indicada pelo próprio Catete. Apesar de não confiar na “autoridade”, como se referiu, do relato de Chateaubriand, Daudt d’Oliveira⁵ tratou de relatar toda a conversa em carta para Vargas.

No entanto, Vargas não se encantou facilmente com a notícia. De acordo com Luciano A. Abreu, “vemos, pelas condições impostas pelo chefe republicano, que o objetivo primacial do Rio Grande do Sul era buscar o entendimento, ou seja, não entrar em choque com nenhuma das principais forças políticas do país” (1996:95). Com essa intenção, Vargas aguardou um possível aceno de Washington Luís para apoiá-lo como candidato do Catete nas eleições para sucessão presidencial, conforme manifestou em correspondência a João Neves da Fontoura, em 15/05/1929: “só aceitaria se abrisse o concurso das correntes políticas dominantes. Por um acordo secreto com Minas, não, nem é viável”⁶. Em outra correspondência, trocada diretamente com Washington Luís, conforme carta de 11/07/1929, relatou ao presidente que o Secretário do Interior de Minas Gerais havia procurado o deputado João Neves da Fontoura, líder da bancada situacionista do Estado, e afirmara que Minas tinha intenção em indicar seu nome, Vargas, como candidato para sucessão presidencial. Ele, no entanto, escrevia ao presidente em sinal de lealdade e, como representante do Rio Grande do Sul, apoiaria a postura e indicações do Catete, até mesmo se colocava à disposição ao serviço da nação. Discorreu na carta:

⁴ Antônio Carlos era adepto do liberalismo e defendia como princípio máximo e definitivo a não-intervenção do presidente da República na escolha de seu futuro sucessor e em questões de estrita alçada dos governos, conforme a correspondência: Carta de João Daudt d’Oliveira a Getúlio Vargas (vide nota anterior). Foi eleito presidente de Minas Gerais em março de 1926 e tomou posse em setembro. Marcou sua gestão por inovações, como a instituição do voto secreto, muito louvada por Chateaubriand, nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, assim como a criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Ver mais em: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* (2001).

⁵ Tal afirmação se devia em grande parte à fama de panfletário do Chateaubriand, como discorreu Fernando Morais (1998).

⁶ Carta de Getúlio Vargas a João Neves da Fontoura sobre a inviabilidade de um acordo político com Minas Gerais, 1929. Porto Alegre (RS). (CPDOC/GV 1929.06.15/2)

O deputado João Neves submeteu a proposta à decisão do Sr. Borges de Medeiros. Este respondeu dizendo aceitá-la em princípio, mas com a condição de que essa candidatura fosse primeiramente submetida a V.^a Ex.^a que, disse ele, estava certo não teria motivos para recusar.

Com o intuito de receber o apoio e indicação do presidente em exercício, Vargas “praticamente” exigiu, nessa correspondência, um posicionamento de Washington Luís sobre a questão da sucessão, lembrando-o que diante da inexistência de partidos políticos nacionais, apenas estaduais, a questão era de responsabilidade sua.

Essa ausência de partidos nacionais apontada por Vargas, segundo Chateaubriand, contribuía para a centralização e o fortalecimento do poder nas mãos do presidente da República⁷, como criticou no editorial “O violão e a justiça”: “ele não está ali tão somente para fazer subir ou baixar o câmbio, senão, também para policiar as consciências” (DN, 12 abr. 1929). Com poder na indicação e apoio de apenas um nome para suceder-lhe, o presidente da República exercia grande poder e prestígio junto aos aliados que almejavam tal cadeira. Isso garantiria ao seu governo total hegemonia nas decisões e apoio para seus projetos e metas.

O poder de controlar “as consciências”, como chamou Chateaubriand, seria, justamente, a interferência direta do presidente nos resultados do processo eleitoral, conforme criticou Lindolfo Collor em carta para Vargas, em 12/08/1929: “prevejo que o Governo Federal não poupará meios para evitar a nossa vitória [...] é ilógico pedir-se no Brasil um pleito regular e sério; [...] a lei atual é a sistematização da fraude”⁸. A fraude, prevista por Collor, ocorria na República Velha como parte de seu estilo de governo, conforme afirmou Boris Fausto (1978), e foi amplamente criticada nas plataformas da Aliança Liberal, como analisou Lúcia Lippi de Oliveira (1983):

A campanha da Aliança Liberal justificava-se por um discurso centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha. A hipertrofia do poder Executivo, a fraude eleitoral e o procedimento adotado na escolha dos candidatos à sucessão presidencial eram os principais pontos de crítica dos aliancistas.

Na sua plataforma os aliancistas centraram as críticas aos vícios

⁷ Lindolfo Collor, em carta a Vargas, chegou a afirmar que para evitar a desagregação da coligação da Aliança Liberal era necessária a “fundação de um partido nacional”. Ver mais, em: *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Ed. da UnB, 1982: 95-96.

⁸ Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas (manuscrita), datada de 12/08/1929, publicada em: *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Ed. da UnB, 1982: 183-187.

da República Velha, como apontou Oliveira. No entanto, essas críticas não eram novas. Vargas, apesar de toda a “reticência”, segundo Boris Fausto, “por algum tempo, procurou um acordo com o presidente” (2001: 178), e após a resposta do primeiro magistrado, sua campanha oposicionista acabou ganhando impulso. Washington Luís lembrou na carta todas as palavras de apoio a ele manifestadas pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul e, ao final, concluiu:

Os outros Estados pela situação dominante, pelas direções partidárias, exceto a Paraíba que ainda não se manifestou, os outros diretores de correntes políticas nacionais, responsáveis pelos destinos do país, e que aqui se acham, na sua quase totalidade, portanto, sem desconhecer ou negar os méritos de V.^a Ex.^a, em inteira solidariedade com o presidente da República, indicam e aceitam outro nome, igualmente digno, igualmente colaborador do governo atual, o sr. Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo, e para o qual não existem motivos de recusa, neste encaminhamento e coordenação que me foram reconhecidos e delegados.⁹

O apoio dado a Prestes e não a Vargas, apesar das esperanças do governador gaúcho, demarcou o cenário de embates que culminou com a Revolução de 1930. No entanto, para nós, central é notarmos que, a despeito da crítica ao autoritarismo e ao personalismo do governo brasileiro, na plataforma da Aliança Liberal, esses temas não foram desenvolvidos nos editoriais e artigos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda apenas para atender uma exigência da postura oposicionista. Pelo contrário, ambos foram cooptados pelo projeto de reforma das instituições nacionais.

Nesse contexto, ambos participaram de formas diferentes do processo de formação e propaganda da Aliança Liberal, partido que apresentou a candidatura de Getúlio Vargas e que liderou a Revolução, conforme citado. Esse apoio primeiramente ocorreu com a atuação direta de Assis Chateaubriand nas negociações partidárias entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e depois, principalmente através de seus jornais. Sérgio Buarque não teve presença entre os aliancistas, mas sua ação se deu pelas ideias defendidas em seus artigos publicados durante o período eleitoral, em que estava na Alemanha, como correspondente. Sua postura, como observador internacional, conforme já citamos, conferiu seriedade ao jornal e serviu para criticar e denegrir a figura do candidato governista.

Assim, podemos perceber que a aproximação tanto de Sérgio Buarque quanto de Assis Chateaubriand ao movimento revolucionário de

⁹ Carta de Washington Luís a Getúlio Vargas respondendo a carta de Vargas e indicando o nome de Júlio Prestes à Presidência, 1929. Rio de Janeiro (RJ). (CPDOC/GV 1929.07.25/5).

1930 não ocorreu de forma oportunista ou casual, antes foi o efeito de aspiração nas potencialidades transformadoras que tal evento projetava.

Nesses anos o instrumental adotado por ambos os intelectuais foi a imprensa, que, de acordo com Maria Helena Capelato, atuaria no processo de “intensificação das emoções [...] responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades” (CAPELATO, 1999:168). É preciso considerarmos que, acima de sua atuação no campo emocional, como afirmou Capelato, a imprensa possuía nos anos de 1930 um alcance consideravelmente maior que qualquer livro. E mais importante, para o próprio Assis Chateaubriand a imprensa tinha um papel central na formação de opinião. Ao se referir à utilização dos meios de comunicação pelo governo de Hitler, afirmou:

a técnica de propaganda detém resultados até a hipnose coletiva [...]. O número de heréticos se torna cada vez mais reduzido porque o esforço de sugestão coletiva é desempenhado pelas três armas poderosas de combate da técnica material de propaganda: o jornalismo, o rádio e o cinema (DN, 30 abr. 1935).

O jornalista e proprietário dos Diários Associados, como citado, tinha plenamente claro o papel e a centralidade da imprensa na divulgação de ideias e formação de opinião dos leitores. Por isso, através da imprensa, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, defendeu suas ideias sobre Estado, democracia e liberdade, da mesma forma que criticou o governo instituído. Sua crítica não era um mero reflexo dos problemas sociopolíticos daquele momento, mas uma arma para produzir efeito sobre a realidade nacional.

Para eles, o Estado seria o guardião da ordem e das liberdades, defensor dos direitos dos cidadãos, e como tal deveria seguir os caminhos escolhidos pela maioria. No entanto, o Estado Brasileiro, nascido no berço do absolutismo português, desde a Proclamação da República viveu sob o “autoritarismo” empregado pela sucessão de governos militares e fundamentalmente pela hegemonia do privado.

Nas palavras de Ruy Barbosa, consagrado liberal, a experiência republicana brasileira era marcada por “de não menos de três ditaduras, todas militares, já gozaram a excelência de nossos vinte e sete anos de existência republicana” (BARBOSA, 1932:158). Justamente contra essa tradição política militarizada e, conforme referiu Ruy Barbosa, autoritária, se colocaram ambos os intelectuais, em fins dos anos de 1929.

Entretanto, o autoritarismo de fato, com todo o seu processo de centralização, somente foi amplamente empregado no governo de Getúlio Vargas, no decorrer dos anos de 1930. Segundo Luciano A. Abreu (2007), tradicionalmente, o governo instituído a partir da ascensão de Vargas ao poder representou uma ruptura com a política

da República Velha. Ao mesmo tempo, ele argumenta que, de acordo com Boris Fausto (1986), na prática a “era Vargas” não marcou uma oposição radical aos interesses “agrários e industriais” (2007:11). A continuidade do governo Vargas das práticas personalistas e do autoritarismo pela desconsideração com a opinião nacional, não passou despercebida por Chateaubriand; pelo contrário, todo o apoio conferido a sua figura – quando ainda era candidato à sucessão presidencial – se transformou em crítica diante dessa constatação.

A política instaurada durante a República Velha era considerada por Sérgio Buarque e Chateaubriand como tirânica e despótica. A característica da tirania se revelaria pelo não cumprimento da Constituição, marcando as ilegalidades nas ações do governo, para impor sua vontade, e essa imposição denotaria, ao mesmo tempo, seu caráter despótico. A tirania deveria, conforme defendido por ambos, ser varrida da política nacional, pois era característica exterior à índole brasileira e cerceadora da liberdade, principal sustentáculo de uma democracia, conforme passamos a analisar agora.

DA PROTEÇÃO À ORDEM: O AUTORITARISMO E O CERCEAMENTO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS

Em meio à crise econômica, à insatisfação geral e ao desfecho conturbado das eleições presidenciais, estourou a Revolução de 1930, que depôs Washington Luís, colocou Getúlio Vargas no poder e inaugurou uma nova era na política nacional. Sérgio Buarque de Holanda não presenciou o golpe de 30, porque estava na Alemanha como emissário dos Diários Associados¹⁰, desde julho de 1929. “A revolução de 1930 vai encontrar Sérgio Buarque de Holanda em Berlim, como enviado especial dos Diários Associados na Alemanha, Polônia e Rússia, fazia mais de um ano” (BARBOSA, 1988:44).

Sérgio Buarque foi enviado à Alemanha para analisar e registrar a situação político-social da Europa frente à nova ordem social que se constituía após a Primeira Guerra Mundial. Em seu artigo “Paraíso dos bandidos e el dorado de epidemias: eis o que é o Brasil para a imprensa europeia”, vê-se sua preocupação com a imagem do Brasil: “A esse retrato das possibilidades econômicas do Brasil podemos juntar as informações e correspondências frequentes publicadas e não menos

¹⁰ O grupo Diários Associados nasceu em 1924 com a compra de *O Jornal*, jornal diário do Rio de Janeiro, por Assis Chateaubriand, mas sua rede jornalística somente recebeu esse nome a partir de 1931. Ver mais: CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro*: história dos Diários Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

desoladoras, sobre nossa situação política” (OJ, 19 fev. 1930).

Acima da análise da política alemã, o interesse tanto dos Diários Associados quanto do jovem correspondente era com a reflexão e alusão à situação política brasileira, como citado. A Alemanha era um importante investidor que o Brasil, frente à crise do café, perdia.

Ao analisarmos a crítica conduzida por Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque ao governo de Washington Luís, precisamos considerar que São Paulo, um dos maiores produtores de café, era o estado mais prejudicado com a crise e, ao mesmo tempo, o centro dinâmico da política brasileira. Portanto, nenhum lugar, no ano pré-eleitoral, parecia mais oportuno para o envio de um correspondente do que a Alemanha. De acordo com Hamilton M. Monteiro, São Paulo era, desde a proclamação da República, o novo centro econômico do país e se achava “no direito de ter uma influência política conforme sua preponderância econômica” (1994: 69). Essa pretensão confirmava-se pela política de alternância no governo federal entre paulistas e mineiros, a qual foi quebrada pelo último governo da política café-com-leite, Washington Luís, como já nos referimos.

A crítica, tanto de Sérgio Buarque quanto de Chateaubriand, dirigira-se ao estado “autoritário”, “despótico” e “tirânico” em que vivia o Brasil. Segundo Ernest Hambloch, o sistema de Estado de Sítio empregado pelo primeiro presidente da República, tornou-se comum entre os governos que o sucederam: “A prática tornou-se perfeita. Eles tinham empregado o estado de sítio sem dúvida e hesitação – e caminharam em direção ao despotismo, com a aprovação servil do Congresso. O povo brasileiro foi compelido à aquiescência nas liberdades republicanas pelos métodos persuasivos dos majores” (HAMBLOCH, 2000:50).

O estado de sítio trouxe consigo a censura. Nesse contexto, apesar de os estados possuírem autonomia para fazer empréstimos no exterior, a liberdade dos estados era questionável diante da política intervencionista do governo central, causando uma situação de constante dependência, o que, na visão de Chateaubriand, fazia dos brasileiros permanentes escravos, como declarou no editorial “Branços e pretos escravos”:

Um presidente da República quando toma as rédeas ao executivo, nos termos do seu compromisso, jura manter a forma federativa dentro do regime que adotamos, implica obediência à autonomia dos Estados, o respeito à sua soberania interna. [...] O crime que o sr. Washington Luís quer fazer o Rio Grande expiar, sob a ameaça da intervenção a mão armada, é apenas o de ter um candidato à presidência da República que não inculdado pelo Catete (DN, 04 dez. 1929).

As ameaças de intervenção armada do governo federal mantinham os estados como seus aliados. O jornalista, nesse editorial, chamou a atenção para a incongruência entre as práticas governistas e a Constituição do país, pois, enquanto a lei garantia as liberdades e o federalismo político, as práticas cerceavam a autonomia dos Estados.

Percebemos que a crítica ao intervencionismo governista era uma constante nos editoriais chateaubrianos, como podemos ver em “Papéis invertidos”:

Não lhe discutiam vontades nem caprichos. Olhavam para o primeiro magistrado como uma criatura providencial, portadora dos desígnios mais sábios e profundos. **Ninguém ousava discuti-lo, quanto mais contrariá-lo.** Por obra e graça do seu programa de compressão das despesas, o Sr. Washington manteve suspensos serviços inadiáveis nos Estados, como por exemplo as obras contra as secas, e obstinava-se em não autorizar a conclusão dos serviços do porto de São Salvador, que era uma aspiração de vinte anos dos baianos (DN, 14 ago. 1929 – grifo nosso).

Além de todo o jogo de amizades e favoritismos, o presidente, segundo Chateaubriand, quando toda essa rede de personalismos não era suficiente para garantir-lhe a realização de suas vontades, ainda ameaçava os estados com a negação de investimentos essenciais. Tal opressão levava os governadores a não ousar discutir as ordens presidenciais. Curvavam-se aos desígnios do primeiro magistrado ou ficavam sem os recursos. Tal postura garantia ao presidente o apoio da maioria dos estados, que constantemente lhe conferiam apoio, sem nenhum tipo de questionamento, e quem ousava fazê-lo sofria retaliações. Para o jornalista, o uso da máquina pública para ameaçar a liberdades e os direitos dos estados era fruto do autoritarismo governista.

Em 1930, após o pleito e a eleição de Prestes à presidência, Chateaubriand relatou o discurso proferido por João Neves da Fontoura, líder da bancada rio-grandense, sobre as ameaças de intervenção federal feitas à Paraíba:

João Neves pôs a nu a má fé do governo federal no caso da Paraíba, que a resposta que lhe deram os oradores do Sr. Washington Luís só serviu para desmoralizar ainda mais a parcialidade do presidente da República nesse triste episódio da nossa história (Coletânea, 14 jun. 1930: 400).

As constantes retaliações contra os Estados participantes da Aliança Liberal, segundo o jornalista, evidenciavam a postura autoritária do governo, que não admitia ser desobedecido.

A intervenção estatal aparecia nos editoriais como um instrumento de coerção para o governo impor sobre os estados sua

vontade. Em “Breves comentários”, Chateaubriand denunciou que o governo estaria anunciando, através da imprensa governista, “conspirações e revoluções em todos os recantos do Brasil” (Coletânea, 19 fev. 1930: 127), o que causaria insegurança em nível internacional referente ao crédito do país.

Entretanto, essas denúncias de conspirações seriam, segundo o jornalista, apenas “conspiratas forjicadas pela imaginação do governo federal para justificar medidas compressoras contra os estados da Aliança, nas vésperas do pleito de 1º de março” (Coletânea, 19 fev. 1930: 127). Por meio de cortes no crédito nacional e internacional, o governo estaria oprimindo os estados que teriam se declarado a favor da campanha oposicionista, principalmente Minas Gerais, considerado o líder aliancista, conforme discorreu Chateaubriand: “o presidente da República não tem o menor pudor em mandar espalhar esses aleives, que tanto prejudicam o País no exterior, apenas porque eles servem ao seu jogo na campanha presidencial” (Coletânea, 19 fev. 1930: 12). E não somente por vias financeiras; o governo estaria cogitando outras retaliações, como uma possível intervenção em Minas, como afirmou o jornalista no mesmo editorial:

Veio, sábado, ao Rio o Sr. Carvalho de Britto, que maneja os recursos do Banco do Brasil em Minas para impor aos mineiros a candidatura Prestes. O Sr. Carvalho de Britto é o chefe de um bando, que explora o Tesouro Federal no serviço de um nome repugnado por Minas. Foi o Sr. Britto que, em uma crise de inconsciência, anunciou há trinta dias a intervenção federal no grande Estado central (id., *ibid.*).

Minas Gerais não chegou a sofrer com a intervenção federal, no entanto a simples ameaça demonstrava, na visão do jornalista, o autoritarismo do governo, que não hesitava em dispor das forças do exército nacional e da máquina pública para alcançar e defender seus próprios interesses.

Mais do que isso, vemos que a crítica ao abuso de poder do governo brasileiro, antes de atingir o presidente, transcendia o caráter pessoal e adentrava os espaços de seu pensamento político; feria o terceiro fundamento do conceito de liberdade de Assis Chateaubriand: “liberdade é dependente da criação de mecanismos cerceadores dos excessos de autoridade do governo”. O governo não era impedido de extrapolar seus domínios e funções, ameaçando os estados com retaliações e possíveis intervenções, porque não existiria no Brasil nenhum mecanismo de coerção a esses abusos. Tal crítica se transfigura na **primeira** característica de seu conceito de autoritarismo, ao mesmo tempo em que nos apresenta diálogo com sua proposta

liberal-democrata, que, como demonstraremos agora, também seria o **primeiro** ponto da crítica de Sérgio Buarque ao autoritarismo. Para ambos, o problema do autoritarismo em qualquer sistema de governo são seus excessos de abuso do poder, a intolerância e o desrespeito com os direitos individuais.

Escrevendo em consideravelmente menor quantidade em comparação a Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque publicou apenas 28 artigos entre 1929 e 1932, sobre o cenário político brasileiro e internacional. Isso nos leva muitas vezes a passar várias vezes pelo mesmo texto, no entanto é central notarmos que, indiferentemente da quantidade, em nossa análise qualitativa percebemos que os temas tratados por ele nesse período tinham inúmeros pontos de contato com os discutidos nos editoriais chateaubrianos, como demonstramos até aqui.

Sérgio Buarque seguiu para a Alemanha, com a missão de observar o contexto político internacional na região germânica e chegar até a Rússia, o que não veio a acontecer, pois foi impedido. No entanto, utilizou o cenário desses países para, de forma comparada, criticar a política brasileira, como vemos no editorial “Comunismo e a atualidade européia”, no qual afirmou que iria “conversar sobre esse relevante problema com alguns representantes mais consideráveis da facção política” (OJ, 03 nov. 1929: 1). O problema a que se referia não era o comunismo, mas a ditadura imposta por ele. Para discutir o assunto entrevistou Henri Guilbeaux, ao qual teceu inúmeros elogios, validando a seriedade da imagem do entrevistado, e chegou a afirmar que “o retrato sedutor que esses testemunhos me haviam apresentado não se dissipou para mim ao contato do homem” (id., *ibid.*). Este relatou a crise vivida na Rússia após a “política exagerada” de Trotski e seu exílio, considerado por ele o espírito da Revolução, e os novos rumos da ditadura do proletariado, como chamou o próprio Sérgio Buarque. Entre os assuntos tratados por Guilbeaux, o correspondente achou oportuno citar sua crítica ao sistema soviético que era um problema por seu “absoluto desconhecimento do que ocorre nas várias seções estrangeiras. O fato é que esses partidos andam roídos por um detestável burocratismo e, por outro lado, em um contraste paradoxal, levam a ideologia revolucionária a um extremo que os maiores revolucionários russos jamais imaginaram” (id., *ibid.*).

Algumas características citadas da política russa revelam o centro de sua crítica, como: a separação estado X nação devido ao desconhecimento do governo com o que se passa nas relações internacionais; os partidos imersos no burocratismo e a ideologia revolucionária, ou seja, a exaltação dos ideais acima das necessidades e até mesmo das realidades. Vemos que a crítica também nos reporta ao cenário brasileiro, pois a separação entre o governo e as realidades

do país era tema de muita discussão.

Ainda em sua análise, Sérgio Buarque destacou nas palavras de Guilbeaux sua decepção com os rumos da revolução, que, de maneira ditatorial, banira os antigos militantes dos congressos iniciais da Revolução, e afirmou: “nenhum dos militantes russos que participaram nos congressos iniciais da Revolução acha-se nas boas graças do atual governo dos soviets” (OJ, 03 nov. 1929: 1). A situação de perseguição e retaliações aos discordantes do regime, como em outro trecho do texto que relatou o exílio imposto a Trotski, considerado por ele um dos grandes homens da revolução, logo nos reportou ao cenário brasileiro, no qual o governo perseguia insistentemente com todo tipo de ameaças aos opositores de sua política, conforme denunciado por Chateaubriand no editorial já citado. Sérgio Buarque ainda concluiu os relatos de Guilbeaux, afirmando: “Por mais consideráveis que sejam as justificativas dos responsáveis por esse estado de coisas, é de qualquer modo um fato sintomático e que não pode ser desprezado para os que esperam conhecer com detalhes o que ocorre no ex-império dos czares” (id., *ibid.*). O Brasil, assim como a Rússia, também era um ex-império, e mais interessante é notarmos que o correspondente salientou que o relato das perseguições da ditadura era importante para que os leitores tivessem noção do que realmente se passa no país dos soviets, assim como as denúncias das retaliações e ameaças impostas pelo governo brasileiro também esclareciam o cenário político em meio às campanhas para a sucessão presidencial.

Conforme analisado, a crítica buarquiana à ditadura sovieta não apenas é alusiva ao cenário político brasileiro, mas principalmente dialoga diretamente com sua definição de liberdade, pois, para ele, as liberdades dependem da relação dentro de um Estado que não substancie suas práticas na violência e que ao mesmo tempo se volte para as realidades nacionais, buscando atendê-las sempre que possível.

Além desses recursos, segundo Chateaubriand, o governo brasileiro teria ainda arregimentado outro mecanismo para impor sua autoridade, a escolha de seu candidato à sucessão presidencial, como tratou no editorial “O homem que já vendeu mais bondes a Minas”:

O meu amigo Carvalho de Britto era um dos partidários entusiastas do liberalismo do governo de Antônio Carlos. E nem poderíamos admitir o contrário, tratando-se de um homem que foi um dos baluartes do civilismo dentro de Minas. O movimento chefiado pelo senador Ruy Barbosa em nada difere do que hoje tem por supremo guia e inspiração o presidente Antônio Carlos. Em um como noutro trata-se de reagir contra candidaturas impostas pela força à nação: trata-se de reagir contra usurpações da soberania popular [...] A candidatura Prestes é uma imposição do Catete (DN, 30 ago. 1929).

A imagem de Ruy Barbosa¹¹ constantemente exaltada nos escritos chateaubrianos como grande liberal e defensor da democracia, nesse editorial contrapôs a referência à figura de Prestes, candidato que teria sido imposto pela presidência. A alusão nesse relato é dirigida às eleições disputadas entre o Marechal Hermes e Ruy Barbosa, que não ocorreram porque o segundo abriu mão para Afonso Pena. A campanha do candidato liberal teria marcado por seu movimento civilista, do qual Carvalho Brito seria um entusiasta e naquele momento Antônio Carlos a melhor representação.

O antagonismo traçado entre a imagem liberal do governador mineiro e a despótica do candidato governista ficou claro nesse editorial. Enquanto o líder da Aliança Liberal, Antônio Carlos, era adepto da democracia e reagia contra os arbítrios do governo, Júlio Prestes representava o autoritarismo do presidente da República e a imposição de seus caprichos. No entanto, mais do que a própria influência, muito marcante, de Ruy Barbosa no pensamento chateaubriano, devemos perceber que a centralidade desse editorial era a crítica à intervenção do Presidente da República nos assuntos da sucessão presidencial. Além de evidenciar o autoritarismo do governo, demarcou a ausência no país dos direitos à liberdade de expressão política e de opinião, que podemos definir como **segunda** característica de sua definição do autoritarismo brasileiro, pois quem decidiria pela nação o nome de seu futuro governante seria sempre aquele que estivesse do poder.

A presidência se configuraria apenas como um cargo no qual os grupos dominantes estariam constantemente se alternando na chefia da nação, enquanto o povo, referenciado a famosa frase de Aristides Lobo, assistia a tudo bestializado, conforme argumentou Chateaubriand no editorial “A reação popular”:

¹¹ Ruy Barbosa de Oliveira (Salvador, 1849 – Petrópolis, 1923), foi jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Marcou sua trajetória política como representante do liberalismo no Brasil e um dos participantes de maior inspiração na escrita da primeira Constituição republicana de 1891. Ver mais: PIRES, Homero. Apresentação. In: BARBOSA, Ruy. *Teoria política*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952. v. 36. Nessa obra a frase de abertura é: “A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis” (1952: 3). Ainda complementou tal ideia com a afirmação: “Na convivência dos mestres ingleses aprendi a não ter preferências abstratas em matéria de formas de governo, a ver que as Monarquias nominais podem ser de fato as melhores Repúblicas, e que, na realidade, as Repúblicas aparentes são muitas vezes as piores tiranias” (1952: 46). Em seu pensamento, não era o tipo de governo que garantiria as liberdades individuais, políticas e civis, e sim a política implementada dentro do sistema e por seus governantes. O liberalismo seria, para ele, dentro de qualquer tipo de governo, a política capaz de assegurar aos cidadãos os direitos e as liberdades.

O Sr. Washington Luís transformou os telégrafos, o inglês como o nacional, em arma de cabala partidária. O governo federal fecha, em momentos como este, as comunicações telegráficas de seus adversários e monopoliza os cabos aéreos e submarinos como propriedade sua [...] Nessas condições, como confiar-se na palavra oficial, no que mandam dizer ao Catete os governadores vassalos, acerca do resultado das eleições ontem travadas, se não temos ainda elementos de controle das cifras que o Ministério da Justiça se apressa em divulgar por conta dos presidentes dos Estados caudatários do candidato reacionário? (Coletânea, 03 mar. 1930: 165).

Para o jornalista, o domínio e a manipulação dos meios de comunicação pela presidência da República seria causa e efeito de seu autoritarismo, ao mesmo tempo em que inviabilizaria a realização de qualquer pleito dentro dos princípios democráticos. Conforme concluiu sua argumentação, quais garantias teria a nação da lisura dos processos, se os telégrafos, principal meio de comunicação naquele momento, eram tratados pelo governo como propriedade pessoal?

Dez dias após o pleito de 1930, no editorial “A eleição presidencial em Minas”, Chateaubriand, que previa a possibilidade de fraude desde o início da campanha, como deixara claro em suas denúncias de manipulação dos processos eleitorais, acusou o governo de usar o suborno como um elemento a mais de manipulação do pleito:

Todas as armas foram mobilizadas pelo governo federal a fim de esmagar os elementos liberais de Minas, mas em nenhuma os elementos do prestígio depositaram maior confiança quanto ao suborno. Aliás, certos chefes perrepostas alimentaram uma convicção cega no poder do dinheiro como instrumento suscetível de obter em política resultados que muitas vezes nem o terror nem o apetite das posições consegue alcançar (Coletânea, 13 mar. 1930: 178).

Além das práticas personalistas, primeiro recurso do governo para impor sua autoridade, como a distribuição de cargos públicos, promoções, nomeações aos ministérios, o governo ainda teria hábitos tirânicos e despóticos, exemplificados pelo jornalista nas citações das ameaças de intervenção, negação dos investimentos estatais, retaliação do crédito, e como último recurso, o suborno. No passar dos dias, a fraude, após o final do pleito e a declaração da vitória de Prestes, continuou constantemente denunciada, conforme afirmou no editorial “As razões do sr. Borges de Medeiros”: “O pleito de agora se caracteriza por uma série de fraudes, de suborno, de corrupção e arbitrariedades como jamais se viu nada igual em nossa história” (Coletânea, 25 mar. 1930: 214).

Nessa crítica, vemos dois princípios de seu conceito de liberdade profundamente atingidos: **o direito à liberdade de escolha dos governantes, que se apresenta intrinsecamente ligado ao direito à**

não-intervenção do Estado, seja do presidente ou dos governadores, nas questões da sucessão presidencial. Na mesma direção, para Sérgio Buarque, a liberdade seria viver sem imposições excessivas, conforme apresentou no artigo, já citado, “Através da Alemanha” (OJ, 23 ago. 1929:04).

Em outro artigo de mesmo título, Sérgio Buarque argumentou que na Alemanha, um exemplo para o Brasil, em anos passados o governo não precisava se esforçar muito para dirigir a nação; suas fórmulas eram simples e precisas, no entanto, após os desajustes causados pela Primeira Guerra, “todo o esforço dos governos que sucederam a Grande Guerra orienta-se pelo desejo de retomar essa posição” (OJ, 08 nov. 1929: 1). O Estado alemão estava disposto a qualquer coisa para retomar sua estabilidade e poder do passado. Ao mesmo tempo, seus partidos também não queriam perder os espaços conquistados e “ainda se [disputavam] sem tréguas o privilégio de afirmar com argumentos ruidosos o verdadeiro caminho para a salvação do país” (id., ibid.). Sem soluções realmente compromissadas com as necessidades e realidades do povo alemão, a única preocupação desses partidos era a preservação de suas posições.

Nesse cenário, quando consideramos que as críticas à Alemanha eram alusivas ao Brasil, os partidos brasileiros também se debatiam entre as vontades de seus grupos e do presidente para garantir suas posições, sem qualquer preocupação com as necessidades da nação. Centravam-se apenas em exibir “os títulos mais respeitáveis, quando não apenas os mais pomposos, para justificar seus princípios e seus conselhos” (OJ, 08 nov. 1929: 1). Sempre ancorados sobre promessas universais, desconectadas das realidades, os partidos buscariam preservar suas posições junto à população, como discorreu o correspondente.

A Alemanha, apesar de não ser uma ditadura aos moldes soviéticos, também possuía uma Constituição de feições liberais como a brasileira e da mesma forma um governo centralizado, que em sua luta por manter posições e implantar uma política de estabilidade acabava tomando medidas autoritárias. Seu ressurgimento, assim como o da Polônia, após a Grande Guerra, segundo Sérgio Buarque, deveria servir de modelo para o povo brasileiro, pois nação e Estado se uniam para superar as vicissitudes de sua política.

Portanto, para ambos a permanência política de favoritismos e personalismos, instaurada pela República, não apenas conferia ao primeiro magistrado um poder autoritário, como retirava da nação seus direitos mais básicos às liberdades. O personalismo político, para ambos, era uma característica do poder autoritário, que se valia dessas relações para fortalecer-se e centralizar o poder. Essa é em Sérgio Buarque a **segunda** característica do autoritarismo. Apesar de suas definições

possuírem um tom suave ou “fraco”, enquanto a crítica chateaubriana era muito “forte” e direta, ambas se ligavam por apontar o autoritarismo dos governos como um entrave para a realização da plena democracia.

Na mesma direção, segundo Chateaubriand, nesse cenário autoritário, era preciso a conscientização de todos, como defendeu no editorial “Uma nova deflação”, que a nação não precisava ser “governada pela áspera vontade dos que se encontram no poder” (DN, 24 abr. 1929). Considerando que o presidente, como argumentou, seguia as políticas de seus antecessores, de forma reacionária e antiliberal, sacrificando a nação e seus representantes legitimamente eleitos, mais do que nunca, em sua visão, era necessário um movimento de repúdio ao governo, tarefa pela qual se apresentava a Aliança Liberal e seu candidato.

A evidenciação do caráter antiliberal do governo e de suas atitudes, demarcando sua vinculação com todo o passado da República instaurada, novamente exaltava a necessidade e a urgência de uma reforma política profunda e basilar no país. Vemos que a reforma das instituições político-administrativas da nação foi uma das primeiras promessas da plataforma aliancista, o que nos remete outra vez à centralidade da participação chateaubriana no seio do movimento liberal. Suas críticas, eram centradas no cerceamento empregado pelo governo federal às **liberdades de expressão** e “livre exame”, terceira característica do seu conceito de autoritarismo, mesmo que intrinsecamente ligada ao segundo ponto de definição do conceito. Para ele, o princípio de um governo que se intitulava “democrático” deveria ser a liberdade de expressão, como enfatizou no editorial intitulado “Fora da razão e da lei” (DN, 15 ago. 1929); afirmou que a censura às transmissões de rádio violava a diretriz mestra da Constituição de 1891 que ainda estava em vigor. Na mesma direção, em defesa da imprensa livre, o jornalista escreveu em seu editorial “A 5ª Delegacia Auxiliar”:

Quando escrever a história dos dias clevelandeses que estamos vivendo, o comendador terá de consagrar o seu capítulo mais cordial ao papel até aqui desempenhado pelo nobre órgão da classe jornalística do País diante dos desmandos e da petulância das autoridades policiais do Rio, São Paulo, Pernambuco e outras cidades, para com a imprensa livre e independente. Em poucas fases da vida nacional, o jornalismo brasileiro honrou tanto o seu dever como nesta. Mas também como em nenhuma outra a sociedade constituída para a defesa das prerrogativas do jornalismo livre fugiu tão ignobilmente ao seu dever, nem desertou tão covardemente da sua missão. [...] Há quatro anos, a inconsciência policial chegava ao auge de pretender o exercício da censura prévia dos jornais cariocas, querendo impor, do seu próprio alvedrio, normas ao noticiário e ao comentário político dos diários que aqui se publicam (Coletânea, 22 set. 1930: 582).

A censura movida pelo governo federal à imprensa, apesar de a Constituição assegurar a liberdade, era, segundo Chateaubriand, bravamente combatida por seu jornalismo. Novamente, a intervenção do governo em assuntos de outra ordem, como a imprensa, foi apontada como desmando, abuso de poder, primeira característica do conceito de autoritarismo.

Vemos que essa terceira característica do autoritarismo do governo de Washington Luís, elencada por Chateaubriand, a censura à liberdade de expressão, conforme citação anterior, também apareceu no editorial “Autoridade que se esfarrapa”. Neste, afirmava que o governo estava perseguindo os funcionários federais que se declarassem a favor do candidato da oposição,

Onde quer que apareça um funcionário público, um agente do executivo federal pleiteando a faculdade de opinar livremente na questão das candidaturas, o primeiro magistrado castiga-o incontinenti, com a demissão, se é empregado público demissível, com a transferência, se é vitalício e suscetível de ser removido (OJ, 18 set. 1929:04).

A coerção das liberdades de expressão individual eram, como citado, expressão do autoritarismo intransigente do governo federal, que não admitia ver suas ordens questionadas. Nenhum funcionário poderia ir contra a decisão do executivo, todos sem exceção deveriam apoiar o candidato oficial em detrimento da própria opinião. Ao mesmo tempo, essa característica, elencada pelo jornalista, feria diretamente o seu primeiro princípio de liberdade civil: “Liberdade civil é liberdade de expressão”.

Na mesma direção, em meio a incursões político-antropológicas, Sérgio Buarque atentou para o fato de que o governo polonês, apesar de seu investimento e espantoso ressurgimento econômico, tinha contra si mesmo suas características ditatoriais, as quais deveriam ser absorvidas pela renovação do governo democrático. Em outro texto, “Um país que ressurgir”, citou o Marechal Pilsudski: “a força sem a liberdade e a justiça não é senão violência e tirania”. No Brasil, como alusão proposta nessa citação, não havia mais do que uma tirania, pois o governo privava seus cidadãos de toda liberdade possível, usurpava-lhe a justiça e exercia a violência através do uso do exército, das ameaças de intervenção, censura e repressão.

Dessa forma, tanto Assis Chateaubriand quanto Sérgio Buarque, de maneiras diversas, veicularam suas críticas ao Estado brasileiro, acusando-o de despótico. Para eles, naquele momento a campanha eleitoral à sucessão presidencial apontava a possibilidade de transformação política para o Brasil, por isso suas críticas eram necessárias como instrumentos para atuação no cenário político nacional. Para ambos os intelectuais, seus textos não eram reflexos desse contexto, mas eram armas para transformação do Brasil.

FONTES

CHATEAUBRIAND, Assis. O poder da calúnia. *Diário da Noite*, 02 jul. 1929.

_____. Homem de estado e conquistador. *Diário da Noite*, 08 jul. 1929.

_____. Fora da razão e da lei. *Diário da Noite*, 13 ago. 1929.

_____. A crepitação liberal em Minas. *Diário da Noite*, 22 ago. 1929.

_____. A escravidão em Minas. *Diário da Noite*, 13 set. 1929.

_____. Um governo que não respeita a honra dos seus concidadãos. *Diário da Noite*, 03 out. 1929.

_____. Um voluptuoso da escravidão. *Diário da Noite*, 18 nov. 1929.

_____. O ditador do Café. *Diário da Noite*, 03 dez. 1929.

_____. Brancos e pretos escravos. *Diário da Noite*, 04 dez. 1929.

_____. Orgia pública. *O Jornal*, 04 fev. 1930.

_____. Um homem civilizado. *O Jornal*, 06 fev. 1930.

_____. A nova revolução. *O Jornal*, 17 dez. 1930.

_____. Providências necessárias. *O Jornal*, 20 dez. 1930.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Paraíso dos bandidos e el dorado de epidemias: eis o que é o Brasil para a imprensa européia. *Diário de São Paulo*, 19 fev. 1930.

_____. Através da Alemanha. *O Jornal*, 23 ago. 1929.

_____. Através da Alemanha. *O Jornal*, 15 set. 1929.

_____. Através da Alemanha. *O Jornal*, 08 nov. 1929.

_____. Um país que ressurge. *O Jornal*, 16 nov. 1929.

_____. Através da Alemanha. *O Jornal*, 23 ago. 1929.

_____. Através da Alemanha. *O Jornal*, 08 nov. 1929.

_____. O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês. *O Jornal*, 06 nov. 1929.

_____. Diálogos das grandezas do Brasil. *O Jornal*, 20 fev. 1930.

_____. Nacionalismo e monarquismo na Alemanha. *O Jornal*, 26 mar. 1930.

_____. Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil. *O Jornal*, 26 nov. 1930.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BARBOSA, Francisco de Assis. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre a sua formação intelectual até *Raízes do Brasil*. In: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

BARBOSA, Ruy. *A Grande Guerra: o maior monumento de eloquência em torno da maior conflagração do mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1932.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- _____. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.
- CHATEAUBRIAND, Assis. *Terra deshumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes*. Rio de Janeiro: O Jornal, 1936.
- COLETÂNEA O PENSAMENTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1992. v. 1-9.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. (1. ed. 1984).
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Sumus, 1986.
- HAMBLOCH, Hernert. *Sua majestade o Presidente do Brasil: um estudo do Brasil (1889-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977, t. 3. v. 2. p. 344-374.
- LOPES, Luiz Roberto. *Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartidarismo*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- MATOS, Júlia. O intelectual e a obra *Raízes do Brasil*: uma discussão historiográfica. *Biblos*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande, Ed. da FURG, v. 19, p. 151-170, 2006.
- MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Idéias fora de tempo. In: TRINDADE, Helgio (Org.). *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: UFRGS; ERUS, 1983.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- TORRES, Alberto. O governo e a política. In: _____. *A organização nacional*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1982. Primeira parte: A Constituição, p. 149-210.
- VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005 (1952).